

A classe operária frente às transformações do trabalho: atualizando o debate

Jussara Maria Rosa Mendes*
Dolores Sanches Wunsch**

Resumo

Este ensaio teórico busca contribuir com o debate contemporâneo acerca da configuração da classe operária, evidencia elementos de análise que envolvem o desenvolvimento das forças produtivas e que incidem sobre suas conformações sócio-históricas. A pertinência desta temática, para a formação e exercício profissional, está no processo de afirmação do Serviço Social e suas novas formas de articular ações voltadas ao enfrentamento da questão social, realimentada pelo contexto da organização da produção material e social e que desafia a profissão nas competências técnicas e políticas.

Palavras-chave: Classe operária. Classe social. Trabalho. Processo de trabalho.

Introdução

Um dos principais debates contemporâneos iniciados no final do século XX e com firme projeção de continuidade e aprofundamento para as décadas seguintes centra-se na nova configuração da classe operária.¹ Discute-se sobre a composição da classe que historicamente vem produzindo a riqueza social e as nuances da conformação de sua classe social frente às mudanças nos processos de gestão e organização do trabalho.

O presente artigo é uma contribuição a este debate, sem a pretensão de estabelecer uma unidade conceitual sobre o objeto de estudo. Busca-se, assim, evidenciar alguns elementos-chave que estão presentes no exame do desenvolvimento das forças produtivas e na organização do trabalho. Estes elementos geram indicadores que deságuam sobre a complexa teia que envolve a classe operária e suas diferentes conformações sócio-históricas. Enfim, retoma-se o indicativo de que o trabalho e suas mutações permanecem centrais para o processo de valorização do capital e para o exame das novas configurações da classe operária.

Evidenciamos que o aprofundamento deste debate vem sendo secundarizado no processo de construção do conhecimento e formação profissional do Assistente Social. O Serviço Social,

* Doutora em Serviço Social pela PUC/SP, Diretora da Faculdade de Serviço Social e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/PUCRS e do Núcleo de Estudos em Saúde e Trabalho – NEST/PUCRS.

** Doutoranda em Serviço Social da PPGSS/PUCRS, vinculada ao NEST e docente do Curso de Serviço Social da ULBRA/Carazinho-RS.

¹ O emprego do termo classe operária, neste artigo, objetiva revalidar o significado histórico da mesma na atualidade. A classe operária, como categoria de análise, permitirá abstrair elementos que contribuirão para a compreensão do seu processo de mutação e que estão presentes, fundamentalmente, nos quatro eixos históricos abaixo:

- a) A classe operária como um produto histórico do capitalismo que, ao longo do seu desenvolvimento, vem sofrendo transformações quantitativas e qualitativas;
- b) O protagonismo da classe operária e seu papel estratégico na construção dos pilares de uma nova sociedade, referenciado na perspectiva de análise marxista.
- c) A expansão do padrão de trabalho industrial para o conjunto das relações sociais do sistema de produção capitalista;
- d) A centralidade do trabalhador da esfera industrial na construção de políticas de proteção social, em especial da Saúde do Trabalhador.

como uma especialização do trabalho coletivo, inscrito na divisão sociotécnica do trabalho (Abepss, 1997) é ao mesmo tempo um produto determinado historicamente, como condicionado à realidade social que requisita a profissão. Portanto, apreender com e sobre a classe social “demandante”, histórica do trabalho profissional, é condição essencial para o processo de afirmação do Serviço Social na dinâmica societária. Dessa maneira, contribui na busca de novas formas de articular ações profissionais voltadas ao enfrentamento da questão social que emergem deste novo contexto da organização da produção material e social.

1 Desenvolvimento das forças produtivas e organização do trabalho

A vigência do sistema de produção capitalista, historicamente, patenteou o trabalho como categoria central e estabeleceu uma dualidade contraditória e complexa, entre capital e trabalho. De um lado, o trabalho afirma-se como elemento insubstituível no processo de produção e reprodução do capital, como impulsionador do desenvolvimento social, tecnológico e econômico. De outra parte, os trabalhadores vêm-se restringidos a uma parcela cada vez menor da riqueza socialmente produzida, o que ocorre, principalmente, pela redução crescente da absorção da força de trabalho, em contraposição ao processo de acumulação do capital.

O trabalho corporifica-se ao capital, através de um processo de produção. Este, além de conservar o seu valor, cria novos valores, a mais-valia, através do excedente não pago pelo uso da força de trabalho (Marx, 1980). Pode-se ressaltar, no entanto, que o trabalho empregado no processo de produção também proporciona o desenvolvimento das forças produtivas, especialmente na evolução de sua base material. Nesta base, os meios de trabalho, as “ferramentas”, vêm sendo determinantes para as transformações nas bases organizacionais e, por conseguinte, alteram todas as formas de produzir mercadoria, transformando os processos de trabalho e, ao mesmo tempo, substituindo parte deste trabalho humano.

Portanto, sua produtividade, fruto de um trabalho socialmente combinado, é determinada por diversas circunstâncias. Entre estas, segundo Marx:

[...] está a destreza média dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e sua aplicação tecnológica, a organização social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais (Marx, 1980, p. 46).

Assim, quanto maior a produtividade do trabalho, menor o tempo necessário para a produção de uma mercadoria. Marx adverte, porém, que não é a mercadoria o produto final do processo de produção; é, sim, a criação da mais-valia para o capital. Isto ocorre quando é feita a conversão real do dinheiro ou mercadoria em capital, pois o processo de produção absorve mais trabalho do que foi comprado.

Tais reflexões evidenciam que as mudanças nos processos de trabalho têm implicações nas formas das relações sociais e que, na verdade, estes processos são organizados e executados como produto destas relações. Em determinadas épocas, eles entram em conflito, rompendo seus limites, mas, segundo Braverman (1987, p. 27), “[...] as mesmas forças produtivas características do fecho de uma época de relações sociais são também características da abertura da época seguinte”. Portanto, as mudanças nos processos de produção incidem sobre as relações de produção e, conseqüentemente, sobre todas as relações sociais.

Vale ressaltar, aqui, neste sentido, a transição do processo de produção fordista/taylorista para a vigência de um novo padrão industrial e tecnológico, com novas modalidades de organização e gestão do trabalho. Esta transição tem recebido a denominação de reestruturação produtiva – com base no modelo toyotista – e/ou acumulação flexível.² Ela traduz esta nova era de transformação das relações sociais.

Para melhor exame desta realidade, em primeiro lugar, está colocada a “herança” da cultura do processo anterior, no atual padrão de desenvolvimento capitalista. O trabalhador “massa” do fordismo coexiste com o trabalhador polivalente, especializado e com maior nível de instrução. A transformação nos processos produtivos criou novas exigências, deixando para trás um passivo de trabalhadores “úteis”, desqualificados e hostilizados para os padrões do “mundo do trabalho desenvolvido”, em contraposição a um “mundo do trabalho subdesenvolvido”. A grande questão, no entanto, é que ambos vivem no mesmo mundo, subjugados a processos opostos.

Cria-se, portanto, um trabalho com novas formas, significados e sentidos. Assim, em segundo lugar, está o exame do padrão de gestão industrial, bem como suas ramificações para as diferentes áreas chamadas “não produtivas”. Isso estabelece, então, novos padrões de comportamento e estimula diferentes níveis de “participação”. Ocorre, por parte das empresas, uma espécie de tentativa de despertar, no trabalhador, a consciência de que pode aperfeiçoar o processo de trabalho por seu esforço e mérito. Assim, é desenvolvido, nesses trabalhadores, o sentimento de participação (Ianni, 1994). Como bem define Braverman (1987, p. 43), este modelo industrial representa muito mais um estilo de administração do que alteração na situação do trabalhador. A pretensa participação dá-lhe liberdade de ajustar a máquina, trocar uma lâmpada, e “[...] escolher entre alternativas fixas e limitadas, projetadas pela administração, que deliberadamente deixa coisas insignificantes para escolha”.

Verifica-se que o produto final deste processo tem sido o aumento da produtividade do trabalho, com conseqüência na diminuição da força do mesmo a ser absorvida. Esta, associada ao avanço tecnológico e científico, vai possibilitando a sua intensificação. Essa combinação diminui o trabalho vivo e amplia o trabalho morto, ou seja, o desenvolvimento científico tende a reduzir, cada vez mais, a atividade humana (vivo), em detrimento do trabalho feito pela máquina (morto), sem, no entanto, jamais eliminar totalmente o trabalho vivo. Para Antunes (1999, p. 121), a ciência não é a principal força produtiva; “[...] o trabalho vivo, em conjugação com ciência e tecnologia, constituiu numa complexa e contraditória unidade”. O autor, conclui, no entanto, que ambas não têm lógica autônoma e nem curso independente, a exemplo das máquinas inteligentes, nas quais se utiliza o trabalho intelectual do trabalhador para interagir com elas.

Como desdobramento deste segundo elemento, que combina gestão do trabalho, aumento da produtividade e redução do trabalho vivo, surge um terceiro componente, no exame das transformações nas relações sociais e de produção: a relação entre trabalho produtivo e improdutivo. E aqui nos deparamos, novamente, com dificuldades conceituais, mas que conduzem a um esforço analítico, o que é essencial para o esboço que pretendemos traçar. Na verdade, esta discussão, que se iniciou entre os economistas clássicos, teve, em Marx, seu principal interlocutor. Este talvez não tenha sido um aspecto suficientemente aprofundado pelo autor, pois é no capítulo inédito de *O Capital*, denominado: *Produtividade do capital. Trabalho produtivo e improdutivo* que Marx (s.d.) aponta questões primordiais, que exigem um olhar mais atento de qualquer pesquisador. Ao tratar do trabalho produtivo, o autor, evidencia que só o

² Segundo Ianni (1994), acumulação flexível é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo, e se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.

trabalho que se transforma em capital é produtivo, ou seja, aquele que produz mais-valia, bem como envolve uma relação determinada entre compra e venda do trabalho. Ele sinaliza que a atividade produtiva é uma abreviação para designar o conjunto de relacionamentos e dos modos em que a força de trabalho figura no processo capitalista de produção. Por sua vez, o trabalho improdutivo, para Marx, pode ser entendido como um processo onde o dinheiro é trocado diretamente pelo trabalho, sem produzir capital e sem ser, portanto, produtivo, caso em que se está comprando um serviço. O autor alerta, no entanto, que a mesma espécie de trabalho pode ser produtiva ou improdutivo, o que é exemplificado por Marx através do trabalho do professor, do escritor, do cantor. Segundo ele, isto ocorre quando *“o produto deste trabalho reverte em capital para quem o contratou”*.³

Neste viés, Braverman (1987) destaca que a transformação do trabalho improdutivo em trabalho produtivo, para os fins capitalistas, é forma de extrair valor excedente, presente no próprio processo da criação da sociedade capitalista; em outras palavras, o autor é enfático ao afirmar que *“o modo capitalista de produção subordinou a si mesmo todas as formas de trabalho”* (1987, p. 350).

Ao revisar essa composição entre trabalho produtivo e improdutivo, elaborada à luz do referencial marxista, transportando-a para o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, pode-se inferir que há pouca distinção a ser feita, na atualidade, acerca do trabalho produtivo e improdutivo. Isto ocorre, principalmente, pela apropriação do segundo pelo primeiro, no processo de acumulação capitalista. Quer dizer, embora o trabalho dito improdutivo não gere diretamente valor excedente, ele trabalha diretamente para o capital, dando evasão a este valor distribuído entre os vários capitais. Então, quanto maior for esse capital, maior é a tendência à ampliação das atividades improdutivas.⁴ Esta realidade tem sido constatada através do real crescimento do setor da atividade econômica chamada de *serviços* (conforme dados a serem apresentados no decorrer deste artigo).

Subjacente a essa análise, é importante destacar que se tem observado, também, um decréscimo do trabalho tido como improdutivo, no seio da indústria tradicional. Esse fator vem ocorrendo por dois movimentos. O primeiro deles diz respeito à crescente terceirização destas atividades pelas empresas, a exemplo do que ocorre nos setores de alimentação, limpeza, vigilância, recursos humanos, contabilidade, saúde ocupacional, etc. Estes setores são operados por empresas prestadoras de serviços e, portanto, contabilizadas na estatística oficial neste ramo de atividade econômica. Como segundo movimento, destacam-se as atividades tradicionalmente realizadas e *“pensadas”* pelos funcionários do *“escritório”*, nas indústrias, e que passam a ser realizadas por trabalhadores do piso da fábrica, agora *“multifuncional”*, passam a incorporar o dito *“improdutivo”*, nas suas funções produtivas. Transformam a natureza do seu trabalho, contribuindo para aumentar o seu valor excedente. Amplia-se, então, a extração da mais-valia nesse processo de trabalho combinado. O imbricamento entre ambos e a redução da absorção da força de trabalho, com o advento da ampliação da produtividade do trabalho, tem constituído um excedente de trabalhadores com características distintas, mas que se aproximam, pelas circunstâncias econômicas e históricas.

2 Classe operária e suas conformações históricas e contemporâneas

³ Grifo nosso.

⁴ Ver Braverman (1987), em especial, o capítulo 19, *“Trabalho produtivo e trabalho improdutivo”*.

Novas características surgem, na presente época de desenvolvimento capitalista, expressando uma outra configuração de classe operária, fruto da transformação nas relações sociais e de produção. Pode-se questionar, no entanto, se esta não seria apenas uma nova forma de organização, com implicações sobre quantidade e materialidade do trabalho. Enfim, o que, de fato, altera para e no trabalhador, sujeito histórico e coletivo e, por conseguinte, na sua classe social, na atual era de acumulação flexível do capital?

Segundo Thompson (1987, p. 10), a classe operária não surge numa determinada hora, “[...] ela historicamente esteve presente ao seu próprio fazer-se”. O autor, entende, por classe, um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Também não a vê como uma estrutura ou categoria, mas como algo que ocorre, efetivamente, nas relações humanas. Thompson (1987, p. 10) continua: “[...] a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns, sentem e articulam a identidade de interesses entre si”. Tais experiências são determinadas, em sua maioria, pelas relações de produção. Assim, também o pertencimento a uma classe está relacionado ao papel social, ocupado pelo indivíduo, ou ao modo como ele veio a ocupar esse papel, numa determinada organização social.

Thompson conclui que o olhar para um determinado período da história demonstrará que não existem classes, mas, simplesmente, uma multidão de indivíduos; contudo, o exame dos homens durante um período adequado de mudanças sociais constata padrões em suas relações, suas idéias e instituições. O autor considera, assim, que a única definição de classe é estabelecida pelos próprios homens, enquanto vivem sua própria história.

A análise marxista de classe operária traz a discussão da transformação da “classe em si” em a “classe para si”. Esta se faz, historicamente, construída nas relações objetivas e subjetivas de ação, que vão forjando sua consciência de classe.

Ao examinar a noção de classe, ficam latentes as determinações históricas que compõem sua estrutura e os processos sociais decorrentes, como bem explica Joffily (2002, p. 66): “As classes sociais são seres históricos. Possuem uma inserção determinada, e relativamente estável, no processo da produção e distribuição das riquezas, e na luta que daí deriva”.

Foram apresentadas, aqui, formulações que contribuem para uma reposição conceitual sobre classe operária ou sobre a estrutura de uma “nova classe trabalhadora”. Estas formulações se constituíram numa temática atual, que suscita diferentes interpretações pelos estudiosos do assunto. Embora com sentidos semânticos análogos, classe operária e classe trabalhadora, na literatura clássica, apresentam designações diferenciadas. Classe operária, segundo definição de Engels⁵ (1980), equivale ao proletariado, ou seja, “[...] à classe dos assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender a sua força de trabalho para sobreviver”, enquanto a expressão “classe trabalhadora” vem sendo utilizada, na literatura e popularmente, para referir-se ao conjunto de trabalhadores assalariados urbanos e rurais. Apresentam-se, ainda, nas abordagens dos autores contemporâneos, diferentes projeções acerca de seu real tamanho e composição na atualidade, com tendência a indicar uma redução drástica, quantitativamente, do número de operários fabris. Outras designações assinalam o fenômeno de “proletarização” da classe média, face às relações que emergem do mercado de trabalho.

Embora o presente texto enseje uma maior aproximação com a base conceitual da classe em estudo, a questão central que o norteia parece não estar na denominação do conjunto de pessoas que compõe essa parcela da população. Trata-se de abordar o modo como se conforma ou se estrutura a camada social composta por indivíduos que sobrevivem da venda da sua força de

⁵ Prefácio da edição inglesa do Manifesto do Partido Comunista –1888.

trabalho, independentemente da forma como esta é comprada ou utilizada no processo de valoração do capital.

Com esse propósito, merece especial atenção o estudo realizado por Braverman (1987) sobre a estrutura da classe trabalhadora e seus exércitos de reserva. O autor, inicialmente, discorda da concepção de “nova classe trabalhadora”, apregoada por diferentes escritores. Ele entende que o próprio termo classe trabalhadora “[...] nunca delineou rigorosamente um determinado conjunto de pessoas [...] e sim um processo social em curso” (Braverman, 1987, p. 31), cujas características ensejam um processo dinâmico e não passível de quantificação. O autor ressalva, como método de análise, que o termo “novo” pode trazer duplo sentido, ou seja, abranger a idéia de novas ocupações, recentemente criadas ou ampliadas, e ainda, supostamente, pode ser entendido como algo superior ou avançado em relação ao antigo.

Sem dúvida, a análise de Braverman é composta por uma série de elementos que trazem, na essência, a forma como o desenvolvimento dos processos de trabalho interage na estrutura da classe operária. O autor entende que “[...] as novas massas de ocupação das classes trabalhadoras tendem a crescer, não em contradição com a rápida mecanização e ‘automação’ da indústria, mas em harmonia com elas” (Braverman, 1987, p. 323). Vejamos alguns indícios de tal afirmação: Os setores industriais e ocupacionais que mais crescem, na era “automatizada”, tendem, em longo prazo, a ser aqueles de intenso trabalho, que ainda não foram ou não podem ser submetidos à tecnologia superior. Tal constatação, quase trinta anos depois, vem se confirmando. É visível a diminuição de postos de trabalho na grande indústria tradicional; porém, ao seu redor, formam-se inúmeras pequenas indústrias, que realizam trabalhos terceirizados para a “fábrica-mãe” e empregam um número expressivo de trabalhadores, em condições de trabalho e salários inferiores. Nas palavras do autor:

A mecanização da indústria produz um excedente relativo da população disponível para o emprego a taxas inferiores de salário que caracterizam essas amplas ocupações [...] à medida que o capital transita para novos setores à busca de investimentos lucrativos, as leis de acumulação do capital nos setores antigos operam para produzir a “força de trabalho” exigida pelo trabalho em suas novas encarnações (Braverman, 1987, p. 323).

Neste sentido, evidencia-se que a mecanização dos processos de trabalho produz mão-de-obra para a exploração de outros segmentos, com processos produtivos mais arcaicos. Portanto, as novas ocupações, na maioria, não vêm ocorrendo nas “modernas” indústrias, em seus “processos de trabalho-modelo”. A coexistência de ambos realimenta a acumulação capitalista e a classe operária vai sofrendo transformações que a fragmentam. Isso ocorre, tanto pela sua pulverização em espaços produtivos e ocupacionais distintos, quanto pela crescente diferenciação salarial e a qualificação profissional. Pode-se ressaltar, ainda, que o trabalhador perde sua autonomia em relação ao seu processo de trabalho, que não é organizado por ele. Na verdade, sua participação apenas vem contribuir para a maior eficiência e produtividade do mesmo. Portanto, além do trabalho produtivo, ele passa a contribuir com o chamado trabalho “improdutivo”, já que este é tradicionalmente realizado, exclusivamente, pelos gestores e técnicos da empresa, conforme já mencionado.

Em seu estudo, Braverman refere que a condição do operário, no estrito senso, vem se expandindo para o conjunto dos assalariados e trabalhadores em geral, como se “[...] quase toda a

população se transformasse em empregada do capital” (Braverman, 1984, p. 342). O autor aponta, também, que a força de trabalho que atua nas esferas administrativas e técnicas das empresas, em geral, não pode ser comparada à da classe média, embora ocupem

[...] posições intermediárias, não porque esteja fora do processo de aumento do capital, mas porque como parte deste processo assumem características de ambos os lados. Não apenas recebe suas parcelas de prerrogativas e recompensas do capital como também carrega as marcas da condição operária (Braverman, 1987, p. 344).

Ricardo Antunes (1999), em suas contribuições à temática, defende uma noção ampliada de classe. Utiliza-se da expressão “classe-que-vive-do-trabalho”, onde objetiva “[...] conferir validade contemporânea ao conceito marxiano de classe trabalhadora” (1999, p. 101). Antunes contrapõe-se aos autores que defendem o fim das classes sociais e do trabalho, buscando dar atualidade e amplitude ao ser social que trabalha.

De sua parte, a classe-que-vive-do-trabalho inclui, nos dias atuais, a totalidade dos que vendem a sua força de trabalho, mas que têm, como núcleo central, os trabalhadores produtivos, encontrando no proletariado industrial o seu núcleo principal. Esta classe engloba também os trabalhadores improdutivos, que se compõem de expressivo leque de assalariados, desde os inseridos no setor de serviços, bancos, comércio, serviços públicos, etc. Antunes (1999) considera os trabalhadores em serviços um segmento em expansão no capitalismo contemporâneo, embora reconheça a retração de alguns setores.

Sua noção ampliada de classe trabalhadora inclui todos os que vendem sua força de trabalho em troca de salário; portanto, além do proletariado industrial e dos assalariados de serviços, “[...] também o proletariado rural, [...] o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, os trabalhadores terceirizados, [...] além dos trabalhadores desempregados” (Antunes, 1999, p.103). O autor exclui os gestores do capital, seus altos funcionários, que detêm o controle no processo de trabalho, de valorização e reprodução do capital no interior das empresas. O mesmo ocorre com os pequenos empresários e a pequena burguesia urbana e rural.

Além de formulações que indicam componentes qualitativos desta conformação social, interessa, também, a aproximação de alguns elementos quantitativos sobre a composição da classe operária, para um estudo mais acurado das ocupações que compõem a realidade do mercado de trabalho. Neste sentido, chama a atenção a ponderação feita por Duarte Pereira (1981), quando se refere à ausência de um tratamento mais adequado, pelos pesquisadores sociais, sobre as dimensões e configuração da classe operária. Para ele, os estudos que se multiplicaram nos últimos anos, cuidaram mais da recuperação da história passada do movimento operário e de debater suas experiências. Falta, segundo o autor, um estudo que trace os contornos quantitativos da classe operária, de modo a fornecer elementos mais precisos sobre seu peso no conjunto da população, sua composição, distribuição, concentração e instrução.

Neste aspecto, o pesquisador depara-se com reais dificuldades para um estudo de maior profundidade. Estas não se impõem, exclusivamente, pelas diferentes metodologias de coleta de informações dos órgãos de estatísticas, de âmbito nacional ou regionais, que geram dados focalizados e setoriais. Acima de tudo, as dificuldades são resultados das mudanças que vêm ocorrendo no mercado de trabalho e do crescimento da informalidade. Constata-se, então, a carência de novas metodologias que possam refletir os indicadores que surgem nesse novo contexto.

Há de se destacar, no entanto, o trabalho que vem sendo realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), em parceria com órgãos regionais, no esforço de fornecer à sociedade informações atuais acerca da situação dos trabalhadores brasileiros – em especial, dados relativos à década de 90. O DIEESE apresenta, em publicação denominada *A situação do Trabalho no Brasil – 2001*, alguns indicadores que evidenciam a regressão do trabalho no país. Este processo se evidencia pelo “[...] aumento de todas as formas de desemprego, crescimento dos vínculos de trabalho vulneráveis, queda dos rendimentos reais e concentração de renda” (DIEESE, 2001, p.11).

Destacaremos, deste estudo,⁶ algumas características gerais do mercado de trabalho brasileiro. Inicialmente, com fonte na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1999, verifica-se que a maior parcela da população economicamente ativa está concentrada em três regiões brasileiras – Sudeste, Nordeste e Sul –, ou seja, em conjunto, concentram 88,1 % da força de trabalho do Brasil. A maior parte dos trabalhadores brasileiros é composta por jovens, ou seja, 50,5% destes têm entre 20 a 39 anos – com menos de oito anos de estudo (59,6%) –, sendo a maioria do sexo masculino (59,7%). Estes dados evidenciam que, apesar de os trabalhadores terem, na sua maioria, menos de 40 anos, aproximadamente 60% do total de trabalhadores brasileiros não completaram o ensino fundamental. Este dado acarreta, portanto, implicações sobre a qualificação da mão-de-obra existente. É importante destacar o expressivo número de mulheres no mercado de trabalho (49%), computado oficialmente, uma vez que esse número tende a ser maior frente às características do trabalho feminino.

Quanto à estrutura ocupacional do mercado de trabalho, podemos considerar que este demonstra não apenas sua heterogeneidade, mas sua estrita transformação, principalmente, no que tange às ocupações, conforme o setor de atividade econômica. Embora no modo de contratação prevaleça a forma assalariada, ou seja, 58,7% pertencem a esta modalidade, 23,2% declaram trabalhar por conta própria; 9,3% são trabalhadores não remunerados, em negócios de família; 4,5% produzem para consumo próprio; 4,1% são empregadores. A distribuição dos ocupados, de acordo com a atividade econômica, no entanto, consagra o que já se vem observando na realidade concreta: 41,2% dos trabalhadores são absorvidos pelo setor de serviços;⁷ 24,2% estão na agricultura; 13,4%, no comércio; 12,7%, na indústria;⁸ 6,6%, na construção civil. Importante ressaltar que o índice de ocupação na indústria, na região sul, atinge 16%, sendo o mais alto do Brasil, em contraposição aos 37,6% na área de serviços. Retrospectivamente, este percentual vem sofrendo alterações sem precedentes, conforme dados disponíveis, nas regiões metropolitanas. Nestas regiões, os ocupados na indústria (Tabela 01) sofreram uma redução superior a 50%.

Tabela 1
Distribuição dos ocupados no setor de atividade industrial nas regiões Metropolitanas de São Paulo e Porto Alegre – 1989-1999

⁶ A publicação do DIEESE contempla informações sobre renda e trabalho; emprego e desemprego, rendimentos do trabalho; as mulheres no mercado de trabalho; o trabalho da população negra; jovens no mercado de trabalho; o trabalho de crianças e adolescentes menores de 16 anos; as negociações coletivas de trabalho; a ocupação agrícola no Brasil; Previdência Social e aposentadorias; políticas públicas de emprego e de proteção ao desemprego, comparações internacionais.

⁷ O setor de serviços engloba prestação de serviços, serviços, auxiliares de atividades econômicas, transporte, comunicação, social e administração pública (DIEESE).

⁸ Grifo nosso. A indústria envolve a indústria de transformação e outras atividades industriais – idem.

Região Metropolitana /ano	1989	1993	1998	1999
São Paulo	33,0%		19,8%	14,4%
Porto Alegre		24,2%	18,9%	19,0%

Fonte: DIEESE/SEADE, MET/FAT.

Algumas conclusões já se anteciparam a estes dados, em análises anteriores. De modo a sistematizar, no entanto, verifica-se que, embora o assalariamento represente quase 60% das ocupações do Brasil pela PNAD, os dados recentes da Previdência Social (2001) dão outros indicativos sobre a ocupação dos trabalhadores brasileiros: Dos 65,3 milhões da população economicamente ativa, 26,7 milhões estão inscritos na Previdência Social, enquanto 38,7 milhões estão fora da sua cobertura.⁹ Sob a ótica geral, constata-se que, de cada dez trabalhadores, seis estariam fora da previdência. Esses dados podem ensejar o crescente número de trabalhadores no mercado informal, desempregados, etc. Eles apontam implicações para além da sobrevivência desses trabalhadores, ou seja, também há conseqüências no campo da proteção social.

Tabela 2
Taxas de desemprego total, nas regiões metropolitanas 1989-1999

Região	1198	1199	1199	1199	1199	1199	1199	1199	1199	1199	1199
Metropo- litana	9	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Belo Horizonte								12,7	13,4	15,9	17,9
Distrito Federal				15,5	15,1	14,5	15,7	16,8	18,1	19,4	21,6
Porto Alegre					12,2	11,3	10,7	13,1	13,4	15,9	19,0
Recife										21,6	22,1
Salvador									21,6	24,9	27,7
São Paulo	80,7	10,3	11,7	15,2	14,6	14,2	13,2	15,1	16,0	18,2	19,3

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MET/FAT e convênios regionais, Pesquisa de Emprego – PED e Desemprego –
Elaboração: DIEESE

Constata-se que, embora ocorra variação no índice, principalmente nas regiões que tradicionalmente apresentam menor nível de industrialização, o certo é que o fenômeno se manteve crescente em todas as regiões. Neste sentido, as conseqüências deságuam sobre o crescimento do trabalho parcial e precário, onde os índices sobre a contratação flexível no mercado de trabalho, em relação à contratação padrão, são reveladores. É o que pode ser observado na Tabela 3. Em São Paulo, de cada dez trabalhadores assalariados, em média 3,3% não têm registro na carteira de trabalho. Este índice toma grandes proporções, se comparado ao crescimento da informalidade, onde estão inseridos inúmeros trabalhadores, sem qualquer garantia de renda mínima.

⁹ Dados do PES/MPAS. Site: www.previdenciasocial.gov.br

Tabela 03
Distribuição dos postos de trabalho gerados por empresas, segundo forma de contratação, na região metropolitana de São Paulo e Porto Alegre – 1989-1999

Contratação padrão	São Paulo – 1989	– 1999
		79,1%
	Porto Alegre –1993	– 1999
	82,2%	75,2%
Contratação flexibilizada:	São Paulo	Porto Alegre
	Total: 33,1%	Total: 24,8%
Assalariados contratados diretamente	%	%
Sem carteira – setor privado	17,9%	12,3%
Sem carteira – setor público	1,7	2,2
Assalariados terceirizados	4,0	4,4
Autônomos para 1 empresa	9,5	5,9

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MET/FAT e convênios regionais, PED.

Conclui-se que a queda no nível de emprego, principalmente no setor industrial, está dialeticamente relacionada ao crescimento do trabalho “flexibilizado”. Este pode ser definido como trabalho precário, sem mecanismos de proteção social e também assentado na crescente terceirização de trabalhos, antes desenvolvidos no interior da empresa, agora trabalhos ditos improdutivos, vinculados a empresas de “serviços”, e produtivos transferido a “novas” empresas terceirizadas, onde em geral fazem as atividades de maior risco em condições de trabalho mais precárias.

O desemprego é aspecto representativo das características centrais da realidade social contemporânea. Na verdade, ele corresponde apenas à parte do excedente da população trabalhadora, necessária para a acumulação do capital, contabilizada oficialmente (Braverman, 1987). Esta acumulação, por sua vez, é produzida, mesclando-se com as diferentes formas de trabalho. Isso torna a população desempregada um grande exército industrial de reserva, e que, nas palavras de Marx (1980, p. 527), fornece ao capital *um reservatório inexaurível de força de trabalho disponível*. Alguns autores, como Ianni (1994), apontam que o tamanho do exército de reserva, em países em desenvolvimento, excede ao total dos empregados na manufatura na Europa Ocidental.

Importante destacar que a força de trabalho feminina se constitui numa parcela expressiva deste exército. Ao mesmo tempo, constata-se o aumento significativo do trabalho feminino, mas com diferentes nuances na divisão sexual do trabalho. Para Braverman (1987), a atração da mão-de-obra feminina ocorre em meio à repulsa da força de trabalho masculina. Sua ocupação na indústria dá-se em atividades de menor qualificação e remuneração, mas é no trabalho precarizado que se encontra o crescimento do trabalho feminino, na atividade predominante informal e parcial (Antunes, 2000; Thébaud-Mony, 2000).

A principal interface emprego/desemprego está na ausência de uma linha divisória entre inseridos e “excluídos” no “mundo do trabalho”. Esta linha é, pontualmente, sinalizada por Matoso (1994). Para ele, o capital reestrutura-se, movendo-se contra o trabalho organizado, gerando crescente insegurança e desestruturação do mesmo. Segundo este autor, a insegurança no emprego se dá, fundamentalmente, pela elevação das facilidades patronais em despedir e utilizar trabalhadores eventuais, assim como através da insegurança na renda. Esta insegurança está relacionada à fragmentação da atividade remunerada, à contratação em condições de eventualidade e de precariedade.

Portanto, o desemprego apresenta-se sob múltiplos aspectos: como expressão da questão social; na constituição de incontável número de trabalhadores ativos que compõem o exército de reserva; na insegurança no trabalho e emprego. Acima de tudo, no entanto, o desemprego incide de maneira conjugada na configuração da classe operária, quer seja pela perda do papel social de quem não consegue vender sua força de trabalho – o que afeta a sua subjetividade – ou pela mescla de diferentes formas de trabalho, imprimindo uma heterogeneidade à classe e seus integrantes.

Em meio a este contexto, alteram-se as múltiplas determinações sobre a saúde do trabalhador, exigindo um redimensionamento dos conhecimentos na área. Este redimensionamento deve contemplar as diferentes manifestações que emergem da relação trabalho – saúde/doença. Esta relação, fruto da dinâmica social, tende a ampliar o surgimento das doenças relacionadas ao trabalho, na atualidade, e, ao mesmo tempo, a ocultá-las, face às diferentes formas de precarização do e no trabalho. O ritmo e as novas exigências impostas ao trabalho fabril são aspectos que se transpõem para os outros setores da atividade econômica e para os que estão na informalidade, ou, ainda, se redimensionam, quando estão na condição de trabalhador desempregado. A saúde do trabalhador tem diferentes faces que expressam, ao mesmo tempo, formas particulares e gerais deste conflito, bem como as tensões presentes na relação capital e trabalho.

Considerações gerais

Retrospectivamente, na perspectiva de análise adotada neste artigo, procurou-se evidenciar elementos que possam contribuir para a compreensão do perfil da classe que detém, a priori, apenas a sua de força de trabalho. Na contemporaneidade, frente às tendências que pautam a configuração da classe operária, vimos que estão imbricados os trabalhadores que exercem atividades produtivas e improdutivas, empregados e desempregados, trabalho formal e informal, parcial e precário, feminino e masculino. O entrelaçamento das diferentes expressões de trabalhadores denota, num primeiro momento, a inexistência de um “divisor de águas”, sobretudo entre o trabalho produtivo e improdutivo, como mecanismo de estabelecer o pertencimento a sua classe. O modelo de acumulação flexível se apropria de maneira combinada de mecanismos rudimentares e “modernos” onde todos contribuem, para que o trabalho se transforme em capital, e esse, por sua vez, não tem se transformado efetivamente em trabalho. Neste início de discussão em processo de permanente construção, podemos inferir que falamos de um trabalhador que é sujeito histórico e, por isso, está envolto num processo coletivo. Este conforma uma classe social que concentra, na atualidade, um expressivo número de operários e trabalhadores em geral, desprovidos do acesso à riqueza socialmente produzida. Sua unificação tem sido vista, ainda, por conta da vivência, sem a devida consciência, numa mesma realidade social a ser potencialmente transformada.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). Revista *Temporalis*, Brasília, ano 3, n. 6, jul.-dez. 2002.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- BUONICORE, Augusto César. Os assalariados urbanos: novo proletariado ou nova classe média? Revista *Princípios*, São Paulo, n. 64, p. 48-53, 2002.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS (DIEESE). *A situação do trabalho no Brasil*, São Paulo, 2001.
- Fundação de Economia e Estatística – FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP FAT/TEM PMPA. *Transformações do mercado de trabalho metropolitano*, Porto Alegre, novembro de 2002.
- IANNI, Otavio. O mundo do trabalho. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v. 8, n. 1, 1994.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE/PNAD, 2001. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: mar. 2003
- JOFFILY, Bernardo. O proletariado do século XXI. Revista *Princípios*, São Paulo, n. 64 , p. 66-69, 2002.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- . *Produtividade do capital: trabalho produtivo e improdutivo*. (s.d.). Disponível em: <www.vermelho.org.br>. Biblioteca Marxista. Acesso em: jun. 2002
- . *A ideologia alemã*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.
- ; ENGELS, Friedrich. *O manifesto do partido comunista*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- MATTOSO, Jorge. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1995.
- . O trabalho sob fogo cruzado. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação SEADE, v. 8, n. 1, 1994,
- MENDES, Jussara R. M. *O acidente e a morte no trabalho*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- PEREIRA, Duarte. *Um perfil da classe operária: a ditadura nas fábricas*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- SAVIANI, Nereide. Sobre o conceito de proletariado em Marx: situando o debate. Revista *Princípios*, São Paulo, n. 63, p. 56-63, 2002.
- THÉBAUD-MONY, Annie. *Précarisation sociale, travail et santé*. Paris: Institut de Recherche sur les Sociétés Contemporaines, 2000.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

TONI, Dilermando. Apontamentos sobre o proletariado. Revista *Princípios*, São Paulo, n. 64, p. 62-65, 2002.